

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGA)  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EMPRESARIAL - TURMA 2014/2015**

**TÍTULO: O COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS E A  
RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL**

**Nome do Aluno:** Ana Carolina Dedavid Ferreira  
**Nome do Orientador:** Professora Doutora Tania Nunes da Silva

**Resumo**

A fome e o desperdício de alimentos são realidades no Brasil, atualmente ainda existem dificuldades de acesso a alimentação adequada em quantidade e qualidade suficientes pela população. Esse artigo descreve como a doação de alimentos, através de empresas privadas para organizações sem fins lucrativos, pode contribuir para o combate à fome e redução do desperdício de alimentos. Descreve quais são os motivos que influenciam a decisão de realizar ações de responsabilidade social para a comunidade, como é realizada a divulgação dessas ações e as bases legais desse tema.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social Empresarial, Doação de Alimentos, Segurança Alimentar.

# O COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS E A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

## 1. Introdução

O planeta, atualmente, produz uma vez e meia a quantidade de alimentos necessária para satisfazer toda a necessidade da população mundial, e o Brasil vem aumentando a sua produção de alimentos, sendo a exportação o principal destino, mas o que é destinado para o mercado interno ainda não é suficiente para todos (PAULILLO & ALMEIDA, 2005). Sendo assim, o acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes ainda não ocorre para 52 milhões de brasileiros (IBGE, 2014).

Mas, apesar da insegurança alimentar, a perda e o desperdício de alimentos ainda são muito altos em todas as etapas que os alimentos percorrem, ou seja, desde a produção, distribuição, compra, venda, conservação e consumo. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO - *Food and Agriculture Organization of the United Nations*) estima que, em 2009, de todo alimento produzido no mundo 32% foram desperdiçados e que R\$ 12 bilhões em alimentos são desperdiçados anualmente (FAO, 2011). Assim, as causas da fome no país e no mundo estão relacionadas à má distribuição e não à falta de alimentos.

Diversos programas de desenvolvimento social e econômico, inclusive de redução da fome e desperdício de alimentos, têm sido desenvolvidos por organizações não-governamentais (Terceiro Setor) e por empresas privadas (Segundo Setor) ao longo dos anos. Em 2006, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou uma pesquisa inédita sobre o envolvimento do setor empresarial na área social no Brasil, e revelou que, na região sul do país 67% das empresas pesquisadas declararam ter realizado ações na área social para a comunidade, incluindo doações de alimentos (IPEA, 2006).

Contudo, o Segundo Setor não participa com todo potencial e ainda há muito desconhecimento das empresas sobre programas sociais. A doação de alimentos e o combate ao desperdício é um dos pilares de atuação de programas de organizações não-governamentais como Bancos de Alimentos e iniciativas de colheita urbana, que atuam com a captação, recepção e distribuição gratuita de gêneros alimentícios oriundos de doações dos setores privados e públicos e que são direcionadas pessoas beneficiárias de entidades sociais inseridas nas comunidades (MDS, 2014).

Um desses programas é o Programa Mesa Brasil do SESC (PMBS), no qual é fundamental a parceria direta com organizações (públicas e privadas). Basicamente, não haveria programa sem a parceria efetiva de organizações, com o fornecimento de alimentos, serviços e outros produtos. No ano de 2014, através do PMBS, no Rio Grande do Sul, foram distribuídas mais de 2.390.000 kg de alimentos, complementando a refeição de 474 entidades sociais (um total de 64.119 pessoas) mensalmente, com a contribuição de 523 empresas, em uma abrangência de 43 municípios do Estado. Enquanto em Porto Alegre, a contribuição foi a partir da distribuição de mais de 1.200.000 kg de alimentos, complementando a refeição de 41.424 pessoas mensalmente, beneficiárias de 257 entidades sociais, com a contribuição de 125 empresas. Atualmente, o potencial do programa seria de atingir mais entidades sociais que necessitam de apoio, através de doações, para se desenvolverem e conquistar a emancipação. Com o apoio do PMBS, o investimento em alimentos, pode ser direcionado para outras áreas da instituição. No Rio Grande do Sul, observa-se que as doações poderiam ocorrer de forma mais volumosa e contínua, pois existem diversas empresas do setor de alimentos. Mas, a maior dificuldade do programa de atingir seu potencial é por consequência do desinteresse e desconhecimento de empresas privadas.

Então, a questão de pesquisa deste trabalho é: como motivar as empresas a doarem alimentos para o Programa Mesa Brasil do Sesc? E, tem como objetivo geral, analisar o que motiva ou não as empresas a doarem alimentos para o PMBS, e serão objetivos específicos:

mapear as políticas públicas que favorecem a participação de empresas na doação de alimentos; identificar as empresas doadoras e o que as motiva a ingressarem ou permanecerem no PMBS; identificar as empresas que deixaram ou se recusaram a fazerem doações para o programa e os motivos; identificar se essas empresas possuem relatório de responsabilidade social corporativo.

A justificativa para realizar este artigo é que, atualmente, a fome e o desperdício de alimentos no Brasil e no mundo ocorrem de forma expressiva, e as empresas produtoras e distribuidoras de alimentos estão fortemente relacionadas a estas questões, que poderiam ser minimizadas com um plano de responsabilidade social corporativo, que abrange o planejamento correto de produção, políticas de redução de danos e perdas, e descarte adequado.

Para as empresas, a parceria com o programa PMBS, representaria uma ação de responsabilidade social, uma alternativa ao descarte de produtos próprios para o consumo, com impacto na redução de custos, logística e espaço físico para armazenamento, além de oferecer uma contribuição inestimável para aqueles que estão privados de uma alimentação adequada. As empresas que aderem ao programa, também transmitem uma imagem positiva em relação à comunidade e ao meio ambiente, podem desenvolver relatórios sociais e receber incentivos do governo, como a isenção do ICMS sobre os produtos doados.

Para o Programa Mesa Brasil é importante conhecer a necessidade das empresas para adequar as propostas, benefícios e vantagens de parceria, para melhorar as estratégias de captação de doadores e conseqüentemente ampliar o número de empresas parceiras doadoras e de pessoas atendidas por esse programa.

## **2. Referencial Teórico**

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Essa definição consta na Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do Brasil. Em 2010, também foi instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e a incorporação da alimentação aos direitos sociais previstos na Constituição Federal (FAO, 2014a).

A FAO, diferencia os termos de segurança alimentar e segurança nutricional. O primeiro, foi estabelecido pela Cúpula Mundial da Alimentação, em 1996, e estabeleceu quatro dimensões: o acesso físico, social e econômico ao alimento em quantidade e qualidade suficiente. E, o segundo termo, envolve o acesso à água, ao saneamento básico e a serviços de saúde, além de práticas alimentares que garantem o consumo adequado de macro e micronutrientes (FAO, 2014b). Esses dois conceitos representam um processo multidimensional, sendo determinado por fatores que vão desde a produção, distribuição e acesso dos alimentos à população, incluindo suas escolhas alimentares (GUBERT, BENÍCIO & SANTOS, 2010).

Neste contexto, a fome ocorre quando um dos fatores não está de acordo com os outros. Pode-se definir a fome como sinônimo de desnutrição crônica, ou seja, quando a pessoa se encontra, por no mínimo um ano, incapaz de adquirir comida suficiente, definida como um nível de ingestão de alimentos insuficiente para atingir os requisitos de energia

através da dieta diária (FAO, 2014b). O sanitarista Josué de Castro, ainda divide a situação de fome em “endêmica” e “epidêmica”. A primeira dimensão é compreendida pela falta de determinados nutrientes, enquanto a fome “epidêmica” ocorre pela falta de alimentos permanente, sendo um fenômeno estrutural (CARNEIRO, PEREIRA & SOUZA, 2005).

Segundo o Mapa da Fome lançado pela FAO, mais de 805 milhões de pessoas no mundo, entre 2012 e 2014, encontravam-se sem acesso a alimentação em quantidade e qualidade suficientes para uma vida saudável e ativa. No geral, os resultados mostram que os países em desenvolvimento estão fazendo progresso significativo, mas revela que o acesso ao alimento e problemas na utilização ainda são os principais elementos responsáveis pela insegurança alimentar. No Brasil, hoje a prevalência de desnutrição é menos de 5% da população, e houve redução de 25% de pessoas em situação de insegurança alimentar grave (FAO, 2014a).

Mesmo com resultados promissores, ainda 22,58% dos brasileiros estão em situação de insegurança alimentar e nutricional, e mais de 15 milhões em situação de pobreza – renda per capita de até R\$140,00. A distribuição do aumento de renda no Brasil ainda cresce devagar, o relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) mostra que, em 2002, os 20% mais pobres detinham apenas 4,2% da renda nacional, que representa muito pouco, colocando o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo (UNDP, 2015; IBGE, 2014). A desigualdade reflete na dificuldade de acesso aos alimentos, e o aumento na produção de alimentos não significa maior disponibilidade de acesso, pois apesar do Brasil ser um país mundialmente importante na produção agropecuária e diversidade de alimentos, há desequilíbrio entre a produção para o mercado internacional e para o consumo interno (CARNEIRO, PEREIRA & SOUZA, 2005).

Além desses fatores, o desperdício de alimentos também contribui para essa realidade, o Instituto Akatu revela que, no Brasil, as perdas de alimentos variam de 20 a 60% de tudo que é produzido e, em 2002, os índices de desperdício corresponderam a 1,5% do PIB, aproximadamente 10 bilhões de reais (INSTITUTO AKATU, 2003).

O combate ao desperdício, ocorre a partir da conscientização de todos os elos da cadeia produtiva até o consumidor final. Iniciando pela produção do alimento, o planejamento e o uso adequado de tecnologias no plantio são fundamentais para que seja obtido um produto de boa qualidade, com maior possibilidade de comercialização. A estrutura logística, incluindo o transporte dos alimentos, também é um fator crítico para evitar perdas. E, no Brasil, a situação das estradas não são favoráveis. A conservação dos alimentos durante o abastecimento do comércio, exige o controle de temperatura e o acondicionamento físico adequados (uso de embalagens próprias e manuseio correto). No comércio, a gestão eficiente desses controles também contribui na redução das perdas.

Uma análise da estrutura jurídica, social e econômica da sociedade e, inclusive, de benefícios que o governo concede de acordo com as condições de vida atuais, podem esclarecer com maior abrangência essa questão. A situação de segurança alimentar e nutricional (SAN) e a realização ao direito humano à alimentação adequada (DHAA), deve ser avaliada por quatro dimensões: a disponibilidade do alimento, o acesso ao alimento, a utilização dos alimentos e dos nutrientes, e a estabilidade, que é uma dimensão transversal às outras três (HOFFMANN, 1994).

### **Políticas Públicas Sociais**

As políticas públicas sociais representam ações governamentais para propiciar a realização dos direitos humanos, garantir condições de vida digna e equânime a todas as pessoas, essas ações ocorrem através de programas e projetos. A políticas públicas sociais devem contemplar os diferentes segmentos sociais, principalmente aqueles que carecem de condições para viver com dignidade. Entre as principais políticas encontram-se aquelas voltadas à educação, saúde, trabalho, habitação, assistência social, justiça, segurança,

agricultura, alimentação, saneamento e meio ambiente. A participação do Estado ocorre na formulação, implementação e avaliação dos programas e projetos (CONTI, 2009).

As primeiras referências sobre Segurança Alimentar, surgem no Brasil, no final de 1985 e vão se desenvolvendo ao longo dos anos, até que em 2003 surgem avanços significativos, com a priorização pelo governo federal através da Estratégia Fome Zero, e em 2006, foi criada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006), que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN). A lei tem por objetivo promover e proteger o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que considera a promoção da Segurança Alimentar como obrigação de Estado (FAO, 2014a).

As políticas públicas, sozinhas, não são capazes de atender as demandas sociais da população e por isso, há a necessidade da atuação do Segundo Setor e do Terceiro Setor, inclusive em parceria entre as áreas. Para uma empresa privada, a RSC pode ser vista como uma estratégia social de desenvolvimento da comunidade e inserir a organização como um agente do desenvolvimento local, através do apoio de outras entidades comunitárias e do próprio governo (MENEZES & SANTARELLI, 2013).

### **Responsabilidade Social Corporativa**

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ocorre através do alinhamento dos objetivos e valores empresariais com a sociedade no qual estão inseridas. As empresas devem preencher, nas atividades de negócios, quatro responsabilidades principais: econômicas, legais, éticas e filantrópicas. Sendo assim, as atividades de responsabilidade social cumprem a função social da empresa com a sociedade (MACHADO FILHO, 2002).

Referências internacionais como, O Livro Verde da União Europeia, define a responsabilidade social das empresas como o ato voluntário de contribuir para uma sociedade mais justa e um ambiente mais limpo. Destaca que, apesar da obtenção de lucros seja a primeira obrigação de uma empresa, ela pode ao mesmo tempo, contribuir para o cumprimento de objetivos sociais e ambientais, integrando a responsabilidade social desde o núcleo da sua estratégia empresarial até a suas operações (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2001).

O *Community Business* (associação de Hong Kong, que trabalha com pequenas, médias e grandes empresas comprometidas com a responsabilidade social, desde 2003) refere a RSC como o reconhecimento da empresa de que o sucesso a longo prazo depende da sua relação com todas as partes interessadas (dentro e fora de empresa) e obtém o sucesso comercial através de valores éticos, respeitando as pessoas, a comunidade e o meio ambiente. Se refere também, ao termo “*triple bottom line*” que é a soma das responsabilidades econômica, financeira, ambiental e social de uma empresa. E, essa organização esclarece, que para o sucesso na realização de responsabilidade social empresarial, é necessário incorporar valores socialmente responsáveis em toda a empresa, influenciando suas operações do dia-a-dia. Em 2007, desenvolveu, para empresas de Hong Kong, um guia em quatro etapas de implantação da RSC: liderança consistente com os valores corporativos, integrar a RSC nas estratégias e operações organizacionais, envolver-se com as partes interessadas e comunicar a RSC. Sustentando que uma abordagem estratégica sobre RSC é fundamental e uma empresa precisa rever constantemente o ambiente em que opera e adaptar a sua abordagem nesse sentido (COMMUNITY BUSINESS, 2007).

De acordo com o Instituto *Business for Social Responsibility* (BSR), a definição de RSC se refere a decisões de negócios tomadas com base em valores éticos que incorporam as dimensões legais, o respeito pelas pessoas, comunidades e meio ambiente no qual a empresa se insere. O BSR é uma organização global sem fins lucrativos, com uma rede de mais de 250 empresas, desenvolve estratégias de negócios sustentáveis e soluções através de consultoria, pesquisa e colaboração intersetorial. E, desenvolve anualmente, um relatório mundial de

negócios sustentáveis, que rastreia os sucessos e os desafios enfrentados pelos profissionais de sustentabilidade corporativa (BSR, 2014).

No Brasil, o Instituto Ethos segue a mesma linha de definição e ainda inclui o desenvolvimento contínuo das pessoas, e que as empresas conquistem o respeito das pessoas e das comunidades atingidas por suas atividades, além do engajamento de seus colaboradores e a preferência dos consumidores (INSTITUTO ETHOS, 2008).

As ações de responsabilidade social não são exclusivas do meio corporativo, mas se estendem a todos que fazem parte da sociedade, indivíduos, governo, empresas, grupo sociais e outras instituições. Nesse sentido, o Segundo Setor desenvolve ações de RSC, em conjunto com o Terceiro Setor, assumindo o papel de agente social no processo de desenvolvimento local, atuando além dos deveres do Estado (BALDO& MANZANETE, 2003).

As organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, com objetivos sociais, ao invés de econômicos, representam o Terceiro Setor. Através dessas instituições, ocorre a interação das empresas privadas com a sociedade.

As ações sociais desenvolvidas por empresas do Segundo Setor, e as parcerias com o Terceiro Setor, possuem relevância ao se tratar de RSC, muitos programas e projetos podem ser desenvolvidos a favor da comunidade local, principalmente sobre o tema do desperdício de alimentos, que atualmente ainda se apresenta elevado, agravando a dificuldade de acesso aos alimentos da população carente e que sofre de fome e insegurança alimentar. Sabe-se que os programas públicos não são capazes de atingir integralmente a população e a atuação de programas desenvolvidos por órgãos privados contribui com a sociedade, desde atividades de melhoria nas condições de trabalho, até atividades voluntárias desenvolvidas no ambiente externo das empresas.

### **3. Método de estudo**

A fome no Brasil ainda é uma questão atual e necessita da atuação de diversas áreas no seu combate. O acesso aos alimentos é uma das principais dificuldades que as pessoas com insegurança alimentar possuem, seja por renda insuficiente ou má distribuição dos alimentos disponibilizados para o mercado externo e interno. A redução do desperdício e perdas alimentares é um fator importante, pois atua no equilíbrio entre a produção e o acesso aos alimentos, além de gerar um impacto financeiro alto.

Essas questões necessitam uma abordagem integrada, incluindo investimentos públicos, privados, proteção social e programas específicos de nutrição. As ações desenvolvidas pelas organizações privadas voltadas para o combate à fome através do desperdício de alimentos, pode ser feita através da doação de alimentos em parceria com instituições do Terceiro Setor, que teriam a função de facilitar o acesso da sociedade à alimentos em quantidade e qualidade suficientes, de forma igualitária.

Baseado nessas informações, esse trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa do tipo qualitativa e quantitativa, de natureza exploratória. A coleta de dados foi dividida em duas etapas.

Primeiramente, foi aplicado um questionário, de questões fechadas, apresentado em anexo, para empresas do setor alimentício. O questionário foi elaborado em plataforma *online* e enviado por e-mail para as empresas o *link* para acesso. O questionário está disponível para visualização em <http://tinyurl.com/cepa-ufrgs>. O objetivo do estudo foi identificar os motivos das empresas para doarem alimentos, classificando como uma pesquisa explicativa. A aplicação de questionário foi justificada pela necessidade de levantamento de informações e opiniões dos respondentes, fornecendo uma fonte de dados primários (Severino, 2007). O questionário foi respondido pelo funcionário encarregado das atividades de responsabilidade social da empresa. A empresa e o funcionário participantes não foram identificados.

Segundo Gil, o questionário pode apresentar mais vantagens, comparando com o método de entrevistas, principalmente pela garantia do anonimato e por não influenciar as opiniões. E duas desvantagens também devem ser consideradas, pois os itens podem ter significados diferentes para cada pessoa e, por ter que envolver um número reduzido de questões, pois questionários muito extensos geralmente não são respondidos por completo (GIL, 1999).

Amostra representativa em relação ao total de empresas cadastradas, inativas ou potenciais, com margem de erro de 5%, é demonstrada abaixo. Os resultados obtidos foram representados em um quadro.

<b>DOADORES</b>	<b>UNIVERSO</b>	<b>AMOSTRA</b>
Ativos, Inativos e Potenciais	212	137

Após a aplicação do questionário, foi pesquisado no site das empresas ativas, inativas e potenciais, aleatoriamente de acordo com a definição do número amostral, se elas possuíam relatório de responsabilidade social do ano de 2014 publicados e, verificar se nos relatórios foram desenvolvidas ações para doação de alimentos. Esses dados foram apresentados em um quadro.

A segunda etapa da coleta de dados foi obtida através de fonte secundária, por pesquisa bibliográfica. Foram descritas as políticas públicas brasileiras que favorecem a participação de empresas na doação de alimentos. Foram pesquisados programas federais, estaduais e municipais, que estão em vigor, de incentivo à doação de alimentos por empresas privadas, as informações coletadas foram descritas em forma de quadro, contemplando o número e data de criação, abrangência (federal, estadual ou municipal), quais os incentivos e restrições.

As informações coletadas são relevantes, a fim de fortalecer as parcerias entre o Programa Mesa Brasil e Primeiro e Segundo Setor. Melhorando assim, os resultados do Programa no combate à fome e ao desperdício de alimentos.

#### **4. Resultados alcançados**

O questionário foi respondido por 7 empresas, sendo uma amostragem sem representatividade probabilística, no qual é definida como aquela onde a amostra não representa a população estudada e não podem ser objetos de certos tipos de tratamentos estatísticos (MATTAR, 2001). As questões foram divididas em três partes, a primeira trata de ações de responsabilidade social e de como é vista pela empresa. Na próxima parte, é questionado o conhecimento e impressão que as empresas possuem sobre o Programa Mesa Brasil. Finalmente, na terceira parte, descrevem o perfil da empresa.

#### **Ações de Responsabilidade Social**

Através da análise das respostas obtidas, todas as empresas, sendo 57% são indústria de alimentos e o restante faz parte do comércio, preocupam-se com o desperdício de alimentos e realizam ações de responsabilidade social voltadas ao combate à fome. Conforme o Instituto Ethos (2003), atualmente o Segundo Setor vem aumentando o seu contato com a sociedade brasileira, na busca de sustentabilidade e redução da desigualdade.

A execução das ações de responsabilidade social empresarial é refletida em divulgação, reconhecimento e preferência, tanto internamente (pelos funcionários e acionistas), quanto pelos clientes e concorrentes. Das empresas que fizeram parte deste estudo, todas realizam a divulgação de suas ações para os funcionários, mas ainda há divergências quando se trata da divulgação externa. A maior parte dos respondentes, esperam

algum tipo de incentivo por parte do governo, mas atualmente não recebem benefícios fiscais pelas doações realizadas pela empresa.

Das empresas que responderam o questionário para este artigo, 43% recebem incentivos fiscais, mas atualmente a legislação para doação de alimentos é escassa. Esse pode ser um dos motivos no qual muitas empresas ainda não realizam doações de alimentos. Entretanto, atualmente existem 194 Projetos de Leis cadastrados em tramitação na Câmara dos Deputados. Um desses é o Estatuto do Bom Samaritano, que trata da responsabilidade de doar alimentos a pessoas carentes (PL 2713/2003).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através da pesquisa inédita de 2006, Ação Social das Empresas, mapeou a participação do setor empresarial em atividades sociais, desenvolvidas voluntariamente para o atendimento da comunidade nas áreas que envolvem a assistência social, alimentação, saúde e educação. A pesquisa gerou dados de empresas em todo Brasil e também mapeou separadamente cada região do país. No relatório referente aos dados do Brasil, participaram 870.953 empresas privadas com fins lucrativos, com um ou mais funcionários. Dessas, 69% declaram ter realizado ações sociais para a comunidade, aproximadamente 600 mil empresas (anteriormente, no ano 2000, a mesma pesquisa havia identificado 59% de participação de empresas em ações sociais). Na região sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), estavam concentradas 29% dessas empresas (IPEA, 2006a).

Entre as empresas que realizaram algum tipo de ação social para a comunidade, especificamente com ações voltadas para o combate à fome, 36% estavam no Rio Grande do Sul. Dessas, a maioria são do setor de serviços (36%), seguido de 24% do comércio. As empresas declararam que a principal de forma de atuação foi através da doação de alimentos (98%).

As empresas mais novas (até 10 anos) e com menor número de empregados (de 1 a 10), foram as que menos desenvolveram ações sociais para a comunidade em 2004, e também as empresas no ramo da construção civil. Um dos principais motivos pela não atuação na comunidade, foi a falta de dinheiro (72%), além de outras declarações como falta de incentivo governamental, ou por não ter feito nada pois ninguém pediu, ou nunca pensou na possibilidade, e até por acreditar que não é papel da iniciativa privada. (IPEA, 2006b).

O Instituto GIFE (organização sem fins lucrativos sobre investimento social e privado) também realiza um mapeamento do investimento social privado no Brasil, a fonte de dados provém da rede de organizações associadas ao instituto. O último censo apresenta dados de 100 organizações (13 empresas e 87 institutos ou fundações, sendo 61 associados no Rio Grande do Sul) e revela que a maioria das organizações executam os próprios projetos e programas (69%), o restante, que atua em parte ou totalmente com investimentos financeiros em outras organizações, repassam os recursos principalmente para ONGs, Organizações comunitárias ou de base (GIFE, 2013).

### **Programa Mesa Brasil do Sesc**

Através da análise das respostas obtidas, todas as empresas conhecem e realizam doações ao Programa Mesa Brasil do Sesc, sendo que 57% são indústria de alimentos e o restante faz parte do comércio. E pretendem manter as doações de alimentos ao Programa Mesa Brasil do Sesc nos próximos 2 anos. O estudo mostra que, 86% das empresas esperam ter valorização interna com a parceria do Programa e 57% esperam ter vantagem competitiva e 71% esperam ter uma imagem positiva através da parceria.

A iniciativa na criação de Bancos de Alimentos começou nos Estados Unidos em 1967, e na Europa surgiu em 1984. No Brasil, surgiu primeiramente, por iniciativa não governamental, através do Serviço Social do Comércio - SESC, que percebendo a necessidade de criar ações contra a fome e a desnutrição iniciou, em outubro de 1994, o MESA SÃO



PAULO, que desde 1997 pratica a Colheita Urbana. Atualmente, a Rede de Bancos de Alimentos Mesa Brasil SESC atua em nível nacional contra a fome e o desperdício. O Programa tem sua força na parceria entre empresas conscientes de sua responsabilidade social, pessoas que se dispõem a prestar serviços voluntários, e instituições sócias que realizam o atendimento e promoção de segmentos excluídos da comunidade (SESC, 2000). Os sistemas de Colheita Urbana têm o mesmo objetivo de um banco de alimentos, a diferença principal entre os dois projetos é que, um banco de alimentos trabalha com a existência de estoque e na Colheita Urbana, as doações são inspecionadas e selecionadas no local em que o alimento foi doado (BELIK, CUNHA & COSTA, 2012)

Empresas podem realizar doações de alimentos ao Programa Mesa Brasil, através da Estratégia Fome Zero, operacionalizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social. As doações são realizadas, prioritariamente, para o atendimento às entidades assistenciais e/ou beneficentes que estejam vinculadas às instituições e redes que possuam os critérios locais de necessidade e logística de distribuição de doações do Fome Zero. Como forma de incentivo fiscal, o governo confere isenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) e/ou IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para produtos doados, nos termos da Portaria Interministerial nº. 142, de 07 de julho de 2003 e ajuste SINIEF (Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais) nº. 02/2003 e ajuste SINIEF Nº 14/2007 (MDS, 2015b).

As empresas que doam ao programa também usufruem das seguintes vantagens: diminuição dos custos com operações de logística e eliminação de produtos sem valor comercial; eficiência na coleta e distribuição das doações seguindo as normativas vigentes da Vigilância Sanitária; divulgação da marca nos meios de comunicação do programa; contribuição para o não desperdício de alimentos, ou seja, amenizar o impacto de resíduos no meio ambiente; apoio a instituições sociais assistidas por nutricionistas e assistentes sociais; transparência nas ações e prestação de contas; participação em ações educativas através de palestras. A parceria com o programa é efetivada, através da assinatura do Termo de Cooperação Mesa Brasil para Doação de Alimentos e/ou para Doação de Produtos e Serviços.

Outras doações também podem ser realizadas como doação de utensílios de cozinhas, combustível, e serviços diversos como transporte, registro fotográfico ou filmagens de ações e eventos do Programa, cedência de profissionais e espaços para realização de oficinas e palestras (ações educativas), entre outros.

As razões que motivam as empresas a desenvolverem ações sociais, podem ser uma estratégia para adquirir vantagem competitiva, valorização interna e melhora no relacionamento dos funcionários, representar uma imagem positiva para a empresa e produtos, ou como resposta a incentivos oferecidos pelo governo (MACKE, CARRION & DILLY, 2010; SOUZA & NEVES, 2010). O BNDES cita outras vantagens para uma empresa investir em sustentabilidade: identificação de novas oportunidades de negócio; antecipação a pressões legais e da sociedade; redução dos custos de produção, decorrente da diminuição de desperdícios e economia de insumos; maior atração e retenção de talentos; facilidade no acesso ao capital; menor exposição a riscos; impacto positivo na reputação (ativos intangíveis); fidelização de consumidores; e melhor alinhamento interno com relação a práticas e políticas adotadas (SOUZA & NEVES, 2010).

Para que a empresa obtenha retorno nos investimentos com responsabilidade social, é necessário que as ações desenvolvidas sejam divulgadas ao público interno e externo. Através do marketing social, é possível construir uma imagem da empresa relacionada a ações ambientais sólidas, mas não apenas como uma obrigação legal. Atualmente não existe um instrumento único que represente as ações sociais desenvolvidas pelas organizações, o Balanço Social pode ser uma opção para divulgação dessas atividades, além de certificações e normas internacionais (BORDIN & PASQUALOTTO, 2013).

## **Relatório de Responsabilidade Social**

O relatório de responsabilidade social é um documento importante na divulgação das ações que a empresa realiza, tanto para a sociedade quanto para seu público interno, nesta pesquisa, 7,87% da amostra de 137 empresas disponibilizavam o documento no seu site, relativos ao ano de 2014, no qual 80% abordaram na publicação que realizaram doação de alimentos.

O Balanço Social é o principal instrumento para demonstrar as atividades, investimentos e ações realizadas pelas empresas na área de responsabilidade social em relação aos funcionários, governo e comunidade, publicado anualmente, em caráter voluntário. Na França, desde 1977, o Balanço Social é obrigatório para todas empresas com mais de 300 funcionários (BNDES, 2000).

A divulgação de informações relacionadas à responsabilidade social de empresas, no Brasil, tem registros desde 1965, mas no final dos anos 1980 que a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial Social (FIDES), elaborou um modelo de publicação de relatórios em formato de Balanço Social, e a partir de 1997, Herbert de Souza resgatou o tema da RSC e lançou uma campanha nacional pela publicação voluntária do Balanço Social pelas empresas (REIS, 2007).

Existem, também, certificações sociais que trazem padrões e indicadores auditáveis sobre assuntos éticos e de responsabilidade social, as normas BS 8800 e SA 8000 (coordenada pelo *Social Accountability International*) abrangem assuntos sociais relacionados aos trabalhadores, e as normas ISO 9000 e ISO 14000 abrangem qualidade do processo e o respeito ao meio ambiente das empresas (MACHADO FILHO, 2002).

As empresas que publicam relatórios de Balanço Social são poucas no Brasil, segundo o BNDES, no ano de 2000, eram aproximadamente 70 empresas. Em relatório emitido pela BM&FBOVESPA, até o mês de maio de 2014, 162 empresas (de uma lista de 443 empresas de base pregão junho de 2014) declaram publicar relatório de sustentabilidade (BM&FBOVESPA, 2014). Segundo o *Corporate Register*, um banco de dados de relatórios de sustentabilidade mundial, em 2014 foram publicados 66 relatórios por organizações brasileiras e 1.564 publicações no mundo todo. Um dos principais argumentos para o baixo nível de adesão é o desconhecimento do assunto, dificuldade no levantamento de informações e custos, além de desinteresse ou por não ser obrigatório (BNDES, 2000; SOUZA & NEVES, 2010; CORPORATE REGISTER, 2015).

## **Legislação**

Em 1997, foi criado o Projeto de Lei 3.116, para a publicação do Balanço Social pelas empresas, no qual não foi aprovado. No Rio Grande do Sul, a Lei 11.440/2000 instituiu o Prêmio de Responsabilidade Social - PRS da Assembleia Legislativa, tendo como objetivo o incentivo na publicação do Balanço Social, em 2014, foram premiadas 11 empresas. Em Porto Alegre foi sancionada a Lei nº 8118, de 5 de janeiro de 1998, que cria o Balanço Social das empresas, no qual o Balanço Social apresentado por toda e qualquer empresa com sede em Porto Alegre, recebe o Selo da Cidadania emitido pela Câmara Municipal de Porto Alegre (LEVEK, 2002; ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015). As demais legislações, em âmbito nacional, dispõem sobre a isenção de ICMS para doações de alimentos a entidades sem fins lucrativos.

#### 4.1 Descrição dos respondentes

O perfil das empresas que responderam o questionário está representado nos quadros abaixo:

<b>Setor de atuação da empresa</b>	<b>%</b>
Indústria de alimentos	57
Comércio	43
Serviços	0
Outros	0

*Tabela 1 Setor de atuação*

<b>Porte da empresa</b>	<b>%</b>
Micro	0
Pequena	14
Média	29
Grande	57

*Tabela 2 Porte da empresa*

	<b>Média</b>
<b>Tempo de atividade da empresa (em anos)</b>	28,57 anos
<b>Receita anual da empresa (em reais)</b>	R\$ 113.163.156,52

*Tabela 3 Tempo de atividade e Receita anual*

As perguntas e respostas do questionário são apresentadas no quadro abaixo:

<b>Perguntas</b>	<b>Concorda em parte (%)</b>	<b>Concorda totalmente (%)</b>	<b>Discorda em parte (%)</b>	<b>Discorda totalmente (%)</b>	<b>Não concorda nem discorda (%)</b>
A empresa realiza ações de responsabilidade social	29	43	0	0	29
As ações de responsabilidade social fazem parte do planejamento estratégico da empresa	14	43	14	0	29
A empresa divulga as ações de responsabilidade social para os funcionários	0	86	0	14	0
A empresa divulga as ações de responsabilidade social para a sociedade	14	29	14	29	14
A empresa se preocupa com o combate ao desperdício de alimentos	14	86	0	0	0
A empresa realiza ações de responsabilidade social voltadas ao combate à fome	29	71	0	0	0
A empresa realiza as ações de combate à fome a em parceria com ONGs (organizações do Terceiro Setor)	29	43	0	0	29
A empresa realiza as ações de combate à fome a em parceria com outras empresas privadas (Segundo Setor)	29	43	0	14	14

A empresa realiza as ações de combate à fome e em parceria com órgãos públicos	0	71	0	14	14
A empresa recebe algum benefício fiscal pelas doações realizadas	14	29	0	43	14
A empresa conhece o Programa Mesa Brasil do Sesc	0	100	0	0	0
A empresa faz doações de alimentos atualmente ao Programa Mesa Brasil do Sesc	0	100	0	0	0
Se atualmente não faz doações, a empresa já realizou doações de alimentos para o Programa Mesa Brasil do Sesc	0	71	0	29	0
Se atualmente faz doações, empresa está satisfeita com a parceria com o Programa Mesa Brasil do Sesc	14	86	0	0	0
Nos próximos 2 anos a empresa pretende realizar doações de alimentos ao Programa Mesa Brasil do Sesc	14	86	0	0	0
A empresa espera ter vantagem competitiva na parceria com o Programa Mesa Brasil do Sesc	14	43	0	14	29
A empresa espera ter valorização interna na parceria com o Programa Mesa Brasil do Sesc	43	43	0	14	0
A empresa espera ter imagem positiva (marketing social) na parceria com o Programa Mesa Brasil do Sesc	71	0	0	14	14
A empresa espera ter resposta a incentivos do governo na parceria com o Programa Mesa Brasil do Sesc	29	57	0	14	0
A empresa espera ter novas oportunidades de negócio na parceria com o Programa Mesa Brasil do Sesc	14	43	0	29	14
A empresa espera ter antecipação a pressões legais e da sociedade na parceria com o Programa Mesa Brasil do Sesc	14	29	0	29	29
A empresa não espera nada em troca na parceria com o Programa Mesa Brasil do Sesc	0	43	29	14	14

Tabela 4 Questionário

A publicação do relatório de responsabilidade social do ano de 2014 disponível no site das empresas e doações de alimentos, estão descritos nos quadros seguintes.

Doadores	Relatório de Responsabilidade Social 2014		
	Sim	Não	%
<b>Ativos</b>	4	39	10,26
<b>Potenciais</b>	5	64	7,81
<b>Inativos</b>	1	24	4,17
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>127</b>	<b>7,87</b>

Tabela 5 Relatório de Responsabilidade Social

<b>Doadores</b>	<b>Relatório de Responsabilidade Social 2014</b>	<b>Realização de doação de alimentos</b>	<b>%</b>
<b>Ativos</b>	4	2	50
<b>Potenciais</b>	5	5	100
<b>Inativos</b>	1	1	100
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>80</b>

Tabela 6 Doação de alimentos

No quadro a seguir são demonstradas as leis em vigor no Brasil, Rio Grande do Sul e Porto Alegre.

<b>Legislação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Abrangência</b>
CONFAZ – Decreto n° 41.374 de 30 de janeiro de 2002, Art.1	Modifica o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS).  ALTERAÇÃO N° 1226 - Ficam acrescentados ao art. 9° os incisos CXI e CXII, conforme segue: "CXI - saídas, a partir de 1° de dezembro de 2001, de produtos alimentícios considerados "perdas", com destino aos estabelecimentos de bancos de alimentos, sociedades civis sem fins lucrativos, em razão de doações que lhes são feitas, com a finalidade, após a necessária industrialização ou reacondicionamento, de distribuição a entidades, associações e fundações que os entreguem a pessoas carentes;	Rio Grande do Sul
Decreto n° 41577, de 03 de maio de 2002 - DOE de 06.05.2002	Modifica o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS).  ALTERAÇÃO N.º 1306 – No art. 9.º do Livro I, o inciso CXI e o "caput" do inciso CXII, passam a vigorar com a seguinte redação: "CXI – saídas, a partir de 9 de abril de 2002, de produtos alimentícios, que estejam em perfeitas condições de comercialização ou sejam considerados "perdas", com destino aos estabelecimentos de bancos de alimentos, sociedades civis sem fins lucrativos, em razão de doações que lhes são feitas, com a finalidade, após a necessária industrialização ou reacondicionamento, de distribuição a entidades, associações e fundações que os entreguem a pessoas carentes;	
DECRETO N° 7.775, DE 4 DE JULHO DE 2012	Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências.	Brasil
Lei 11.440/2000	Cria o Certificado Responsabilidade Social - RS - para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.	Rio Grande do Sul

Lei nº 8118, de 5 de janeiro de 1998	Cria o Balanço Social das empresas, no qual o Balanço Social apresentado por toda e qualquer empresa com sede em Porto Alegre, recebe o Selo da Cidadania emitido pela Câmara Municipal de Porto Alegre	Porto Alegre
--------------------------------------	---	--------------

*Tabela 7 Legislação*

## **5. Conclusões**

As doações de alimentos de empresas representam uma contribuição do Segundo Setor no combate à fome e ao desperdício de alimentos. Atualmente já existem ações dessa natureza ocorrendo, mas ainda faltam investimentos das empresas em desenvolver e divulgar melhor suas ações de responsabilidade social. Nesse âmbito, existem diversos meios disponíveis de atuar, principalmente através de parcerias com organizações do Terceiro Setor e participação de órgãos públicos, seja com investimentos, benefícios fiscais ou outros tipos de incentivos às empresas e a sociedade.

A redução da fome foi um dos objetivos do desenvolvimento do milênio que o Brasil alcançou – erradicar a extrema pobreza e a fome. Esse e outros 7 objetivos foram firmados, no ano 2000, entre a Organização das Nações Unidas (ONU), a sociedade civil e o governo de 189 nações com o compromisso de combater a extrema pobreza e defender os princípios da dignidade humana, da igualdade e da justiça, com metas para serem atingidas até o ano de 2015. Segundo a FAO (2014b), o Brasil hoje, já é uma referência internacional de combate à fome, através dos programas e políticas públicas desenvolvidas. A FAO (2014) descreve em seu relatório que o alto empenho político é um pré-requisito para a erradicação da fome. A segurança alimentar e nutricional deve estar no topo da agenda política, através de investimentos adequados, melhores políticas, estruturas legais, participação das partes interessadas e uma forte base de evidências, além de que reformas institucionais também são necessárias.

A redução da fome exige uma abordagem integrada, que inclui investimentos públicos e privados; aumento da produtividade agropecuária, melhoria do acesso à insumos, terra, serviços tecnologias e mercados; medidas para promover o desenvolvimento rural; proteção social para os mais vulneráveis; e programas específicos de nutrição.

Nesse trabalho a principal dificuldade foi em obter respostas das empresas, provavelmente por consequência do tempo escasso de divulgação da pesquisa, e também por desinteresse no tema de responsabilidade social. Novas pesquisas devem ser elaboradas sobre o tema da divulgação através de relatórios e sobre as legislações para doação de alimentos, no qual muitas empresas não buscam realizar por falta de incentivos e não possuir base jurídica sobre o assunto.

## 6. Referências Bibliográficas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Prêmio Responsabilidade Social. Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/responsabilidadesocial/2014/index.asp>. Acesso em 08/09/2015.

BALDO, Roberta; MANZANETE, Celeste. Responsabilidade Social Corporativa. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 Set 2003.

BEI. Coleção Entenda e Aprenda: como combater o desperdício. São Paulo: BEI Comunicação, 2004.

BELIK, Walter; CUNHA, Altivo Roberto; COSTA, Luciana. Crise dos alimentos e estratégias para a redução do desperdício no contexto de uma política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. Revista Planejamento e Políticas Públicas, n. 38, p. 107-132, jan./jun. 2012.

BM&FBOVESPA. Empresas Listadas: Relatório de Sustentabilidade ou Integrado. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/download/Lista-empresas-sustentabilidade.pdf>. Acesso em 08/09/2015.

BNDES. Balanço social e outros aspectos da responsabilidade social corporativa. Relato Setorial nº 2 - AS/GESET. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <[www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)>. Acesso em 25 de agosto de 2015.

BORDIN, Danielle Pasqualotto; PASQUALOTTO, Nayara. A Importância da Responsabilidade Social Empresarial para a Sustentabilidade e o Papel do Marketing Social. Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe) – ISSN 2177-4153 – Volume 11 n.2 – Maio/Agosto 2013.

BSR; Globe Scan. State of Sustainable Business Survey 2014. October, 2014.

CARNEIRO, Patrício; PEREIRA, Mirlei; SOUZA, Eliomar. Revendo a geografia do subdesenvolvimento no Brasil: o dilema da pobreza e da fome. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo, p. 2900-2924, março de 2005.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Bruxelas, julho de 2001.

COMMUNITY BUSINESS. Getting Started in Corporate Social Responsibility. Fevereiro, 2007.

CONSEA. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: CONSEA, novembro de 2010.

CONTI, Irio Luiz. Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas. Passo Fundo: IFIBE, 2009.

CORPORATE REGISTER. Live Charts. Disponível em <http://www.corporateregister.com/livecharts/>. Acesso em 08/09/2015.

CORRÊA, Rosany; SOUZA, Maria Tereza Saraiva de; RIBEIRO, Henrique César Melo; RUIZ, Mauro Silva. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul/dez 2012.

FAO. O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um relato multidimensional, relatório 2014. Brasília: FAO, agosto de 2014a.

FAO, IFAD, WFP. The State of Food Insecurity in the World 2014: Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome: FAO, 2014b.

FAO. Global food losses and food waste: extent, causes and prevention. Rome, Italy: FAO, 2011.

FAO. Toolkit: reducing the food wastage footprint. FAO, 2013.

GIFE. Censo GIFE 2011-2012. São Paulo: GIFE, 2013.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.

GODÓI-DE-SOUSA, Edileusa; BUENO, Juliana Moro; ALVES, Murilo Brehner de Faria. A evolução dos Relatórios de Sustentabilidade: uma avaliação em quatro empresas brasileiras do ramo de energia elétrica. Gestão Contemporânea, Porto Alegre, ano 10, n. 13, p. 45-70, jan./jun. 2013

GUBERT, Muriel; BENÍCIO, Maria Helena; SANTOS, Leonor. Estimativas de insegurança alimentar grave nos municípios brasileiros. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 26(8):1595-1605, agosto, 2010.

HIRAI, Wanda; ANJOS, Flávio. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 335-353. jul./dez. 2007.

HOFFMANN, Rodolfo. A insegurança alimentar no Brasil. Revista Cadernos de Debate, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, Campinas, vol. II, páginas 1-11, 1994.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO AKATU. Caderno Temático: a nutrição e o consumo consciente. São Paulo: Instituto Akatu, Fevereiro de 2004.

INSTITUTO AKATU. Diálogos Akatu: Fome Zero e o Consumo Consciente de Alimentos. São Paulo: Instituto Akatu, 2003.

INSTITUTO ETHOS. Sustainability Report Ethos Institute and UniEthos 2008. São Paulo, 2008.



INSTITUTO ETHOS. Segurança alimentar: a contribuição das entidades empresariais - Helvio Moisés (coordenador). São Paulo: Instituto Ethos: Associação Apoio Fome Zero, 2003.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). Ação Social das Empresas do Sul: quem são e onde estão, em 2004? Brasília: BNDES, maio de 2006a.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). A Iniciativa Privada e o Espírito Público: A evolução da ação social das empresas privadas no Brasil. IPEA: Brasília, julho de 2006b.

LEVEK, Andrea Regina, et al. A responsabilidade social e sua interface com o marketing social. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.15-25, maio/ago. 2002.

MACHADO FILHO, Cláudio Antonio Pinheiro. Responsabilidade Social Corporativa e a Criação de Valor para as Organizações: Um Estudo Multicasos. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, como requerimento para a obtenção do título de doutor em Administração. São Paulo, 2002.

MACKE, Janaina; CARRION, Rosinha Machado; DILLY, Eliete Kunrath. Programas Sociais Corporativos e Capital Social: Proposta de Qualificação. RAC, Curitiba, v. 14, n. 5, art. 4, pp. 836-853, Set./Out. 2010.

MALUF, Renato S. Segurança Alimentar e Fome no Brasil - 10 anos da Cúpula Mundial de Alimentação. Rio de Janeiro: CERESAN: centro de referência em segurança alimentar e nutricional, Relatórios Técnicos 2, Agosto de 2006.

MATTAR, F. Pesquisa de Marketing. São Paulo: Atlas, 2001.

MDS (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME), Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados e Municípios: resultados preliminares (mapasan 2014). Brasília: MDS, 2014.

MDS (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME). Banco de Alimentos: Institucional. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/rede-de-equipamentos/banco-de-alimentos/banco-de-alimentos-institucional>. Acesso em 25 de agosto de 2015a.

MDS (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME). Bancos de alimentos: roteiro para implantação. Brasília, 2007.

MDS (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME). Doações. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/doacoes/doacoes/doacoes>. Acesso em 25 de agosto de 2015b.

MENEZES, Francisco; SANTARELLI, Mariana. Da Estratégia Fome Zero ao Plano Brasil Sem Miséria: elementos da seguridade social no Brasil. Rio de Janeiro: IBASE, 2013.

PASSADOR, Cláudia Souza. A responsabilidade social no Brasil: uma questão em andamento. Trabalho apresentado no VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

PAULILLO, Luiz Fernando; ALMEIDA, Manoel de. Redes de Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: a Merenda Escolar como Instrumento de Desenvolvimento Local. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 12(1), p. 26-44, 2005.

REIS, Carlos Nelson dos. Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2007.

REA, Louis M; PARKER, Richard A. Metodologia de Pesquisa: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira, 2002.

SESC. Mesa São Paulo: ação contra a fome e o desperdício, pela qualidade de vida. São Paulo: SESC, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Rodrigo Mendes Leal; NEVES, Roberto Oliveira das. Responsabilidade social de empresas no Brasil: um panorama dos investimentos sociais de empresas na comunidade. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 31 , p. 411-448, mar. 2010.

TACHIZAWA, Takeshy. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2004.

UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME). TIME FOR GLOBAL ACTION. Nova Iorque: UNDP, junho de 2015

VASCONCELLOS, Mauricio Teixeira Leite de. Desperdício de Alimentos: do que se trata, afinal? Anais Seminário Nacional Mesa Brasil Sesc: segurança alimentar e nutricional: desafios e estratégias, Rio de Janeiro, p. 98-109, 2010.